

# O museu como casa e a casa como museu: sobre fazer a história da antropologia longe de casa

**Fernanda Azeredo de Moraes**

O museu como casa e a casa como museu são provocações e propostas de inversão do olhar: ao pensar a vida doméstica de um museu, assim como a vida produtiva de um lar, eu proponho que levemos à sério a porosidade desses espaços, artificialmente separados por uma narrativa moderna que opõe o público do privado. Quais são as dinâmicas sociais ou arquitetônicas adotadas pelos habitantes de uma instituição científica a fim de “domesticar” (Carsten, 2018) o espaço e as relações de trabalho, de forma a nelas instituir laços de confiança e de hierarquia análogos àqueles encontrados no espaço doméstico? De que formas o trabalho, gratuito, feminino e invisibilizado, realizado dentro de casa ou no interior de relações conjugais, constrói carreiras e patrimônio no meio científico? Como a experiência de pesquisar “longe de casa”, no exterior, revela o valor da entidade “casa”, em sua materialidade e simbolismo, na prática de produção do conhecimento?

O presente texto procura contribuir ao debate sobre a feitura de outras histórias da antropologia, no Brasil e alhures. A partir da minha pesquisa de doutorado, que toma como objeto de estudo as colaborações íntimas entre antropólogos e antropólogas na antropologia francesa do entreguerras, busco, nas próximas páginas, sistematizar minhas experiências de campo, entre livros, arquivos, casas e museus, de forma a explicitar as eventuais dificuldades e vantagens que podem implicar um “olhar de fora” na história da antropologia.

Para isso, em um primeiro momento, eu apresento meu percurso, entre o mestrado e o projeto de doutorado, que me levou à construção de meu objeto de estudo. Em seguida, já “no estrangeiro” eu descrevo as “descobertas” de campo que me levaram a me interessar pela vida doméstica de uma instituição central na história da antropologia francesa, o Museu do Homem. A partir de trocas com aqueles que nomeio “guardiões de arquivos”, eu analiso as condições de acolhimento e de acesso de pesquisadoras estrangeiras em um contexto de ciências sociais predominantemente estruturado por uma divisão geopolítica de campos e teorias. Após essas considerações metodológicas e epistemológicas, eu demonstro, a partir de elementos oriundos do meu trabalho em arquivos, assim como da observação de casas de antropólogos, o valor dos estudos de gênero para a história da antropologia.

Desde o mestrado, eu me dedico a pensar e a pesquisar a questão da endogamia acadêmica (Abir-Am; Outram, 1987; Schiebinger; Henderson; Gilmartin, 2008; Moraes, 2012), e principalmente os efeitos de gênero que essa “regra matrimonial preferencial” produz nas carreiras de homens e mulheres. Durante essa primeira pesquisa, eu analisei as narrativas de vida de quatro pesquisadoras da área das ciências humanas da cidade de São Paulo. Esse trabalho me ensinou muito sobre a delicadeza própria ao objeto de pesquisa que me interessa. Por delicadeza, refiro-me à complexidade e à sutileza envolvidas na condução de entrevistas e observações sobre aspectos da vida privada, das relações afetivas, dos vínculos entre o trabalho doméstico e a produção de conhecimento, entre o trabalho de cuidado e a construção de carreiras científicas, de pessoas com quem partilhamos disciplinas e universidades.

A experiência do mestrado me fez pensar em uma outra abordagem metodológica para a pesquisa de doutorado. Na época, a estratégia histórica – ou seja, de realizar uma pesquisa a partir de documentos de pesquisadoras e pesquisadores do passado – em um contexto disciplinar estrangeiro, “fora de casa”, parecia oferecer-me as condições de distanciamento

necessárias para a realização de uma análise antropológica desse tipo de experiência de colaboração íntima.

A adoção desses “amortecedores metodológicos”, encorajou-me a propor ainda um trabalho localizado precisamente na história da antropologia, disciplina na qual esse modelo de amálgama entre vida e trabalho se revela particularmente importante. Os múltiplos e célebres casais de antropólogos facilmente identificáveis ao longo das histórias da nossa disciplina – por exemplo, Margaret Mead e Gregory Bateson, nos Estados Unidos; Berta e Darcy Ribeiro no Brasil; Edith e Victor Turner (Engelke, 2004), no Reino Unido, para citar apenas três – fariam disso um fato notório e digno de estudo.

Ora, a história da antropologia brasileira já contava, desde o final dos anos 1990, com estudos sobre o caso fundamental e paradigmático de um casal de antropólogos e de uma pesquisadora convertida, pela história, em uma “mulher de”. O trabalho de Mariza Corrêa (2003) sobre Dina Dreyfus<sup>1</sup>, primeira esposa de Lévi-Strauss, apontava então uma direção geográfica e histórica a seguir, ou seja, a antropologia francesa do entreguerras<sup>2</sup> – “campo” já abordado sob lentes de gênero por Miriam Grossi (2006). Em idos

---

1 Nascida Fernande Dreyfus, ela adota ainda nos anos 1930 o nome de Dina, com o qual assina por toda a sua vida, seja como Dina Lévi-Strauss (entre 1932 e 1941), seja como Dina Dreyfus. Nome de uma personagem do velho testamento, “Dina” significa, segundo a tradição hebraica, “julgamento” ou ‘aquela por quem se faz justiça’. No meu trabalho, opto por usar seu nome de casada quando me refiro a documentos da época em que ela usou essa assinatura, e seu nome de solteira para me referir à sua pessoa de forma geral. Além disso, dou igualmente preferência ao uso de seu nome em vez do seu sobrenome, uma vez que “Dina”, contrariamente a Dreyfus ou a Lévi-Strauss, foi um nome que ela escolheu para ela mesma.

2 Há um importante debate histórico e epistemológico sobre a nomeação e as divisões disciplinares no contexto francês, entre etnologia (nome em voga a partir dos anos 1920), antropologia (nome que ganha força depois da Segunda Guerra Mundial), a etnografia e a antropologia física. Para fins desse trabalho, eu utilizei o nome antropologia para me referir à história da disciplina, fazendo eventualmente uso de “etnologia” quando esse respeita a terminologia usada pelos atores. Para mais sobre isso ver: *Ethnographie, ethnologie et africanisme. La disciplinarisation*, de Emmanuelle Sibeud (2006).

de 2016, enquanto escrevia meu projeto, os excelentes trabalhos de Silvana Rubino (1989), Carlos Sandroni (2002), Luis Donizete Grupioni (2008) e de Luísa Valentini (2013), além do maravilhoso livro de Mariza Corrêa, me faziam crer que tudo que havia para conhecer sobre a colaboração de Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss já estava escrito e que esse caso célebre seria apenas uma “porta de entrada” para a minha pesquisa. Ao mesmo tempo, abundância e riqueza das instituições arquivísticas relativas à antropologia francesa do entreguerras me asseguravam as fontes documentais para a realização de um trabalho que pudesse transpor as fronteiras da biografia ou da prosopografia de forma a aceder a um fenômeno histórico, sociológico e da ordem do parentesco (portanto antropológico).

Antes de vir para a França no final de 2017, comecei a pesquisa em catálogos virtuais de arquivos antropológicos franceses. Esse mapeamento documental revelou a pertinência da pista de pesquisa adotada: eram de fato numerosos os fundos documentais com referência a casais de pesquisadores no período escolhido – mas também de períodos posteriores e anteriores. Além disso, o trabalho nos catálogos revelava a existência de documentos pessoais e etnográficos de Dina Dreyfus, na época desconhecidos da historiografia brasileira (Portela, 2020). Mesmo assim, de longe, no sul do Brasil, eu me dizia que esses documentos provavelmente já teriam sido analisados por historiadores e historiadoras da antropologia francesa. Hoje eu sei que a memória e as histórias nacionais da nossa disciplina são mais suscetíveis às dinâmicas políticas de patrimonialização<sup>3</sup> do que eu antes ingenuamente imaginava.

---

3 O que eu chamo aqui de patrimonialização se refere aos usos identitários da história, nesse caso disciplinar, marcados por dinâmicas sentimentais e nacionais (ou mesmo nacionalistas) que lhe são próprias. Sobre isso, ver: Daniel Fabre, 2001; Chiara Bortolotto e Sylvie Sagnes, 2016.

## O museu como casa

Chegando no meu “campo” em Paris, pude constatar rapidamente a riqueza dos trabalhos historiográficos sobre esse período de institucionalização da antropologia francesa. No final de 2017, foram organizadas conferências sobre o diretor fundador do Museu do Homem, Paul Rivet<sup>4</sup>, e grandes obras que propunham um apanhado geral sobre a antropologia do entreguerras acabavam de ser publicadas (Blanckaert, 2015; Delpuech; Peltier; Laurière, 2017). Embora esses trabalhos mencionassem a importante presença de mulheres durante os anos fundadores da antropologia social francesa, poucos textos se dedicavam a realizar um olhar mais demorado sobre a questão de gênero nesse universo. Lembradas constantemente como “*petites mains*”, elas foram as “pequenas mãos” responsáveis pela organização das coleções etnográficas no museu e, em muitos casos, pelas coletas de peças e informações em campo. Com a exceção do trabalho de Marianne Lemaire (2011) e de outras pesquisas de cunho biográfico sobre algumas figuras de africanistas (Coquet, 2014; Todorov, 2016), a historiografia francesa da disciplina me parecia ainda muito concentrada em figuras masculinas tutelares.

Além da questão de gênero, os trabalhos sobre os “grandes homens” e “suas” instituições padeciam igualmente, a meu ver, de uma perspectiva hagiográfica que contribuía em alguns casos, de forma consciente ou não, para a patrimonialização de personagens e instituições que foram instrumentais para o império colonial francês. Apesar da inegável qualidade e do rigor das pesquisas que dão base a muitos desses trabalhos, parece-me que a proximidade (imaginada ou real) com esses personagens do passado disciplinar produz, de certa forma, relações de filiação que coíbem abordagens mais críticas capazes de olhar, a contrapelo, o contexto social amplo no qual eles (invariavelmente homens) se inseriam. Essa dificuldade gera, como eu iria descobrir, tensões entre os e as especialistas “autóctones” e

---

4 Colloque international “Paul Rivet: un pont entre deux rives” (1920–1950) Musée de l’Homme et musée du quai Branly – Jacques Chirac, 14 et 15 décembre 2017.

“estrangeiros”, mas também certa divisão de objetos de pesquisa considerados como “apropriados” ou “inapropriados”.

Um exemplo do meu campo-arquivo: o fundador do *Musée de l’Homme*, o antropólogo Paul Rivet, figura central da antropologia francesa e do americanismo na primeira metade do século XX foi o responsável pela grande reforma do antigo Palais de Chaillot que, em 1937, transformou-se no suntuoso prédio que abriga o Museu do Homem até hoje.

Fazendo pesquisa nos arquivos dessa instituição, encontrei as plantas e os projetos desse palácio modernista<sup>5</sup> que indicavam um elemento interessante para minha pesquisa, aparentemente de conhecimento geral, mas pouquíssimo mencionado ou analisado nos muitos textos e eventos dedicados à memória desse personagem: o fato de que Paul Rivet tinha feito construir, para si, um apartamento de função no último andar do museu, apartamento duplex, com um enorme terraço com vista para a torre Eiffel, onde ele viveu com sua esposa, Mercedes Rivet, *née* Andrade Chiriboga, e com sua amante, Caroline Vacher, *née* Bulan, até o final de sua vida, em 1958 (ou seja, quase dez anos após ter se aposentado de seu cargo de diretor da instituição).

Foi nesse mesmo apartamento onde ele realizou semanalmente, a cada domingo, entre 1937 e 1941, e após seu retorno do exílio, entre 1944 e 1958, recepções à comunidade “latina” e americanista de Paris (Duarte, 1960). Além de Mercedes Rivet e Caroline Vacher, nesse museu-casa Paul Rivet contava ainda com a presença e assistência de suas irmãs Madeleine e Suzanne Rivet (Laurière, 2008)<sup>6</sup>. “Solteironas”, elas trabalhavam de forma não (ou raramente) remunerada no secretariado do Institut

---

5 Os arquivos do Museu do Homem se encontram nos arquivos do Muséum National d’Histoire Naturelle (MNHN). As plantas e os projetos se encontram sob o código: 2 AM 1 H5.

6 Como conta Christine Laurière (2008, p. 350): “*Il fait appel à ses sœurs, Suzanne et Madeleine, pour assurer le secrétariat; nombre de générations d’étudiants en ethnologie vont ainsi connaître ‘les demoiselles Rivet’, cerbères de leur frère, maillons incontournables de l’Institut*”.

d’Ethnologie e do Museu do Homem, cuidavam do apartamento na sua ausência e, ao que tudo indica, se encarregavam de organizar as ditas recepções (Dupaigne, 2017, p. 227). Após a morte de Paul Rivet, sua viúva, Mercedes Rivet, continuou vivendo nesse distinto endereço por ainda dois anos, para a infelicidade do novo diretor da instituição, Henri Vallois, tal como testemunhado nas correspondências conservadas nos arquivos<sup>7</sup>.

De fato, a vasta documentação disponível permite visualizar uma verdadeira “vida de condomínio” no interior desse museu. Disputas sobre a divisão das contas de água e de luz entre o apartamento de função e a instituição científica, casos de vazamentos, a instalação de um telefone no quarto do diretor, todos são elementos documentados em fundos acessíveis para quem estiver interessado. Além disso, como aprendi em entrevistas, esse apartamento também foi residência temporária para pesquisadores e pesquisadoras (e seus filhos) antes de sua partida para o campo. Paulo Duarte, intelectual brasileiro, amigo íntimo do diretor do Museu do Homem, conta que a instituição era comumente referida como “a casa de Rivet” (1960, p. 6). Tudo isso corrobora a imagem, pintada por pesquisadoras e pesquisadores que se formaram e trabalharam no Palais de Chaillot no entreguerras, do museu como a casa de uma “pequena família etnográfica”.

Entre o final dos anos 1960 e os anos 1980, o apartamento de função da cobertura do Museu do Homem foi ocupado por um ex-presidente da França (René Coty), pelos seus herdeiros, por um ministro do interior (Christian Fouchet) e por ilustres pesquisadores do Muséum National d’Histoire Naturelle (Dupaigne, 2017), instituição da qual o Museu do Homem é dependente. Hoje em dia, o imóvel se encontra abandonado. Sem moradores e deteriorado, ele é usado pelo museu como depósito, como vestiário para operários que trabalham nas reformas no prédio, ou ainda como espaço de almoço e descanso (também sala para aulas de yoga) para os funcionários da instituição. O estado atual desses aposentos me parece

---

7 MNHN, código: 2 AM 1 H1.

significativo em relação às dificuldades do museu – e da disciplina que ele ajudou a institucionalizar na França – em lidar com certas facetas do seu passado.



*Vista de um dos cômodos do primeiro andar do apartamento.*

Foto da autora, janeiro de 2022.

Eu pude visitar esse apartamento em janeiro de 2022, graças à ajuda do então diretor do Museu do Homem, o arqueólogo André Delpuech. No dia da minha visita, fui recebida na entrada de funcionários por um agente de segurança que, depois de me pedir documentos de identidade e meu atestado vacinal, perguntou: “A senhora já conhece a casa?”. Ainda que ele fizesse evidente referência ao museu, o uso da palavra casa (*maison*) me enviou diretamente ao fato que eu estava indo “visitar um apartamento” e que esse museu era também uma casa, como os arquivos já haviam demonstrado. No elevador, enquanto me acompanhava até a sala de espera, muito



simpático, ele perguntou de onde eu vinha. Quando eu disse ser brasileira, ele sorriu e me disse: “Ah, o Brasil! Nós somos então da mesma família! Meu bisavô de parte de mãe era brasileiro, Da Silva. Você sabe, existem muitas relações entre a Guiné e o Brasil”. Ao se despedir, ele me disse: “Eu só te acompanhei até a sala de espera porque nós somos da mesma família”.

Como minha pesquisa exploratória já indicava, muitos dos “grandes homens” da antropologia francesa do primeiro século XX, como Claude Lévi-Strauss, Alfred Métraux e André Leroi-Gourhan, começaram ou desenvolveram suas carreiras no Museu do Homem. Em muitos casos, eles partilharam essa “casa” com pesquisadoras ou assistentes que se tornaram suas esposas, essas majoritariamente pouco, quando não completamente, desconhecidas. Fatos notórios, vastamente documentados e transcorridos há quase um século de distância, eles informam, mediante testemunhos e arquivos, sobre as relações de gênero, de colaboração íntima, de divisão de trabalho doméstico e de prestígio científico dessa que ficou conhecida como a “geração Rivet”<sup>8</sup>.

Foram essas pistas – ao mesmo tempo do arquivo e da observação – que me fizeram pensar o Museu como uma casa e me propor a analisar a vida “doméstica” da instituição. Para isso, eu me interessei por descrever quem morou nesse prédio – além do diretor, sua esposa, sua amante e sua empregada (que morava em uma *chambre de bonne* anexa ao duplex do diretor); havia ainda, no subsolo do museu, um apartamento de serviço onde residiam um casal de zeladores. Considerado uma casa – um “*foyer spirituel*” nas palavras de André Leroi-Gourhan (2004, p. 59) – para toda uma geração de pesquisadoras e pesquisadores, foi nesse espaço onde muitos e muitas iniciaram suas carreiras e, também, formaram família. Mais do que listar seus residentes – locatários, funcionários ou proprietários –,

---

8 Para me referir à geração de pesquisadores e pesquisadoras franceses(as) formados(as) no entreguerras, empresto parte do nome de uma exposição organizada no Museu do Quai Branly – Jacques Chirac entre novembro de 2017 e janeiro de 2018, intitulada “Geração Rivet: etnólogos, missões e coleções nos anos 1930” (“*Génération Rivet: Ethnologues, missions et collections dans les années 1930*”).

interessa-me pensar esse museu como uma casa e, por consequência, analisar a divisão sexual do espaço, do trabalho e do reconhecimento que ali tomou forma.

Contudo, como pude perceber rapidamente, em discussões com pesquisadores, pesquisadoras e arquivistas, esses eram assuntos sensíveis – para não dizer vistos como “corrosivos” ou, no melhor dos casos, inusitados. Como eu já havia aprendido no mestrado, entrar “na casa dos outros” é algo delicado, e nem sempre há um porteiro “da família” para nos receber.

## Os guardiões de arquivos

Antes de abordar um dos raros (embora não isolado) casos de resistência que encontrei durante minha pesquisa, é importante destacar que, ao exemplo dos generosos agente de segurança e do então atual diretor do Museu do Homem, meu trabalho beneficiou do interesse e da receptividade de diferentes pessoas. Ao me abrirem portas, gavetas ou caixas, elas fizeram essa pesquisa possível. Além disso, o exemplo do brasileiro Paulo Duarte, amigo íntimo de Paul Rivet e notável “habitante” do Museu do Homem durante a primeira metade do século XX, indica, a meu ver, o caráter eminentemente ficcional que reveste distinções arbitrárias entre “nós” e “outros”, entre “nativos” e “estrangeiras”, ou ainda, entre histórias que seriam exclusivamente francesas ou brasileiras. Contudo, essa ficção, ou seja, essa ideia do estrangeiro enquanto representante de uma diferença inassimilável (Balibar, 2012, p. 28), é frequentemente articulada de forma a impor barreiras aos olhares percebidos como estranhos ou incômodos.

Posso dar um exemplo a partir do meu trabalho nos arquivos franceses. Em 2019, encontrei pistas de pesquisa interessantes no catálogo virtual do arquivo de um outro pesquisador membro da missão francesa da USP de 1935. Companheiro de Dina e Claude e Lévi-Strauss na descoberta da cidade de São Paulo, este pesquisador tinha igualmente viajado com a sua esposa e ambos os casais pareciam partilhar de um modelo similar de colaboração. A partir das indicações do catálogo, eu imaginava poder encontrar no

arquivo informações interessantes sobre a convivência dos dois casais em São Paulo e sobre essas dinâmicas de colaboração íntima que ultrapassam as fronteiras disciplinares da antropologia.

Após contato com o arquivista responsável por esse fundo documental, indicaram que eu deveria pedir autorização para o responsável, o “*ayant droit*”, desse arquivo. À essa altura eu já estava habituada a essa exigência, comum a muitos fundos documentais. Eu já havia consultado os arquivos de Lévi-Strauss na suntuosa Biblioteca Nacional Richelieu, assim como as correspondências de Marcel Mauss no Collège de France e os diários não publicados de Alfred Métraux no *Laboratoire d’Anthropologie Sociale*. Se em alguns casos tudo se resolvia através de uma rápida troca de e-mails, em outros esse contato abria o espaço para a realização de entrevistas fundamentais para o meu trabalho, como as que pude realizar com Monique Lévi-Strauss, viúva e gestora do arquivo de Claude Lévi-Strauss, sobre as quais voltarei mais tarde.

Enviei, portanto, um e-mail ao responsável do arquivo em questão, no qual explicava o tema da minha pesquisa e apresentava minhas afiliações institucionais. Sua resposta foi reticente, para dizer o mínimo. Fazendo referência a um artigo da grande historiadora estadunidense Nathalie Zemon Davis (1992), ele apresentava empecilhos a meu acesso aos arquivos e me alertava contra uma perspectiva “americano-centrista” em relação a essas colaborações íntimas francesas que, segundo ele, eram vividas “em pé de igualdade”. Em seu e-mail, ele me explicava que, desde o casamento, a esposa do pesquisador teria trabalhado *com* ele, ao seu lado, partilhando sua vida e que identificá-la como “assistente de pesquisa de seu marido”, como Davis havia feito, em seu artigo de 1992, seria colar uma etiqueta equivocada e estrangeira sob essa experiência singular.

A troca de e-mails continuou enquanto eu tentava convencer esse guardião de arquivo – e de memória – de minhas intenções eminentemente científicas, da minha compreensão da singularidade de cada colaboração íntima e, ao mesmo tempo, de minha perspectiva de cientista social que buscava identificar as repetições e os padrões por meio da descrição e

análise de experiências, cada qual evidentemente única e particular. Após algumas mensagens, meu interlocutor parou de me responder e eu tive que me contentar em não consultar os documentos desse arquivo.

A correspondência virtual foi, portanto, extremamente significativa em relação a certa reticência da parte dos responsáveis pela memória das ciências sociais *americanistas* francesas em relação aos olhares, possivelmente “americano-centrados” de pesquisadoras norte ou sul-americanas. A alegação de um suposto “americano-centrismo” do meu tema de estudo deve ser entendida no interior de um debate acadêmico particularmente francês, marcado pela resistência à influência – ou mesmo pela recusa a aceitar a legitimidade – de conhecimentos e debates transdisciplinares construídos internacionalmente, mas categorizados geralmente como “anglo-saxões”, como os estudos de gênero ou os estudos culturais.

Entendidos como estrangeiros, esses saberes, esses conceitos e essas teorias seriam vistos como inadequados para compreender aquilo que se convencionou chamar de “excepcionalidade” ou “singularidade” francesa, principalmente no que concerne às relações de gênero e à conjugalidade. Segundo os e as adeptas dessa ideia<sup>9</sup>, contrariamente ao restante da Europa, na França (hexagonal) as relações entre homens e mulheres seriam excepcionalmente estranhas a toda forma de violência e dominação. Marcadas mais pela troca do que pelo conflito, esses laços seriam caracterizados por uma ordem complementar e um equilíbrio persistente, frutos de um condensado harmonioso entre a civilidade do *Ancien Régime* e a modernidade republicana (Perrot, 1995, p. 113).

Assim, o que as ressalvas, e a eventual recusa, do responsável do arquivo indicavam era a presença de um discurso ideológico nacional em torno das relações de gênero e da (im)possibilidade de construir uma história

---

9 A historiadora Mona Ozouf e a filósofa Elisabeth Badinter são algumas das mais conhecidas defensoras dessa perspectiva. Para uma visão crítica sobre esse tema, ver: *Une histoire sans affrontements*, de Michelle Perrot (1995); *Vive la différence!*, de Joan W. Scott (1995).

– das ciências e da antropologia – que pudesse atribuir a justa parte às mulheres, sem sucumbir às armadilhas do romance nacional. Mais do que uma tensão antropológica típica ao encontro etnográfico, na qual o “nativo” se vê “estudado” pelo antropólogo ou pela antropóloga estrangeiro(a), trata-se, nesse caso, de uma recusa a ocupar o outro lugar dessa relação dicotômica, de aceitar as etiquetas, teorias e questões da pesquisadora estrangeira. Quando as coordenadas geopolíticas da pesquisa se invertem (Affaya; Mahiedin; Moraes, 2023), o olhar distanciado parece tornar-se mais incômodo. Relação difícil que resulta de estruturas geopolíticas de longa duração, daquilo que Gustavo Lins Ribeiro (2007) tão bem nomeou de “provincialismo metropolitano”.

De fato, a persistência dos “ares geográficos”, enquanto estruturantes do mundo da pesquisa, tanto quanto de uma supervalorização da etnografia em território extraeuropeu (para não dizer do Sul global), foram algumas das particularidades que mais me surpreenderam no meio antropológico francês logo da minha chegada<sup>10</sup>. Formada segundo a tradição disciplinar brasileira, eu havia feito, até então, meus estudos em universidades não hegemônicas no cenário antropológico nacional, onde precisamente os estudos de gênero e a teoria feminista ocupavam um papel importante na apropriação e na tradução de teorias estrangeiras, propagando um entendimento da disciplina como um discurso internacional, perspectiva típica ao que Gustavo Lins Ribeiro (2007, p. 27) também habilmente nomeou de “cosmopolitismo provincial”.

---

10 Sobre esse tema, em colaboração com Rim Affaya e Emir Mahieddin, organizei um número especial para a revista *Journal des Anthropologues*, publicado no começo de 2023, sob o título *L'Europe par ses autres* (2022). Com esse número, nós procuramos atualizar o debate sobre a heteroglossia e a cosmopolítica antropológica (Ribeiro, 2007) a partir do contexto disciplinar atual, marcado, ao mesmo tempo, pela crescente diversidade na nossa geração de pesquisadores, mas também, no que concerne o contexto europeu contemporâneo, pela imigração, pela xenofobia crescente e por certa instrumentalização neoliberal da diversidade (Ruggi, 2023).

Convencida da importância de estudar “os de cima” (Nader, 1974) e confiante em uma visão da antropologia enquanto um saber localizado (Haraway, 1995), promotora de um diálogo simetrizante e cosmopolita, eu me propus a estudar a história da antropologia fora de casa, na França. Contudo, mais do que entender uma “área geográfica”, o que me interessa é compreender um tipo de relação típica ao meio acadêmico, que atravessa o público e o privado e que se reproduz tanto no “Norte” quanto no “Sul” global. Ao final da minha pesquisa de arquivo, eu me encontrava com documentos sobre as trajetórias pessoais e profissionais de mais de 20 casais de antropólogos franceses que haviam partido em missões de pesquisa às Américas, à Ásia, Oceania, Europa do Leste e África. Minha pesquisa abrange, portanto, transversalmente, diferentes “*aires géographiques*” e se interessa particularmente pelas conexões históricas entre essas regiões.

Nesse contexto, enquanto meus colegas – assim como os laboratórios e os centros de pesquisa – se definiam enquanto asianistas, africanista, oceanistas ou americanistas, ou seja, a partir das áreas geográficas de seus “objetos” de estudo, eu não encontrava outra forma de me definir se não segundo os termos da minha formação, ou seja, como uma antropóloga feminista e brasileira. Uma definição dificilmente audível para muitos(as) colegas, professoras e professores daqui.

Assim, ao longo da minha pesquisa, pareceu emergir uma continuidade interseccional, tensa e interessante, entre a memória oficial dos grandes nomes de uma antropologia marcada pelo imperialismo e pelo colonialismo, e o silêncio sobre as dinâmicas de gênero e de parentesco que constituíram suas biografias pessoais e profissionais. Nesse sentido, como eu pude constatar nos arquivos, a recusa às contribuições dos estudos de gênero e da teoria feminista resulta em uma inatenção a dados e personagens capazes de complexificar nosso entendimento sobre as histórias da disciplina.

## Missões duplas (ou dúbias)

Uma correspondência entre metrópole e colônia encontrada nos arquivos de Marcel Mauss foi fundamental para a minha pesquisa. Trata-se do diálogo epistolar entre o professor do Institut d'Ethnologie da Université de Paris com um antigo aluno, na época jovem pesquisador e professor de retorno ao seu país natal, o vietnamita Nguyễn Văn Huyên (1905-1975)<sup>11</sup>. Algumas passagens dessas cartas são exemplares no que concerne às relações íntimas entre casamento e pesquisa de campo. Em uma carta de maio de 1936, Huyên escreve ao professor para lhe contar de seu recente casamento, realizado “precipitadamente” a fim de liberar suas férias escolares para a pesquisa de campo. No ano seguinte ele envia uma nova carta ao mestre, pedindo conselhos sobre a pesquisa que deve realizar em parceria com sua esposa na região de onde ela é originária:

*“Meu caro mestre,  
[...] Estou prestes a partir para Lạng Sơn, na terra da minha esposa, onde esperamos conduzir uma investigação etnográfica. Ainda não sabemos o que resultará disso. E isso dependerá em grande parte da quantidade de chuva que cairá lá em cima. De qualquer forma, temos a certeza de que nosso projeto de investigação linguística será concluído com sucesso. E permitimo-nos informá-lo sobre nossas pesquisas.”<sup>12</sup>*

---

11 Para mais informações sobre a vida e a obra de Van Huyen entre a etnologia e a política em situação (de) colonial, ver: Nguyễn Văn Huyên (1905-1975), un chercheur en situation coloniale, de Phuong Ngoc Nguyen (2012).

12 No original: “*Mon cher maître [...] Je m'apprête à partir pour Lạng Sơn au Pays de ma femme où nous espérons mener une enquête ethnographique. Nous ne savons pas encore ce que cela donnera. Et cela dépendra en grande partie de la quantité de pluie qui tombera là-haut. En tout cas, nous avons la certitude que notre projet d'enquête linguistique sera mené à bonne fin. Et nous nous permettons de vous mettre au courant de nos recherches*”. Fundo Marcel Mauss - Henri Hubert (FMM, Collège de France), código: 57 CDF 85-8.

Como pude identificar em correspondências enviadas à Mauss, o uso da primeira pessoa do plural para descrever o trabalho etnográfico é comum entre os antropólogos dessa geração que fazem pesquisas conjuntamente com suas esposas. No caso da carta de Huyên a Mauss, a resposta do professor foi reveladora da importância atribuída por ele à colaboração íntima na pesquisa etnográfica:

*“Meu caro Nguyen Van Nguyen [sic - Huyên]  
Estou encantado em saber que você encontrou uma boa colaboradora, obviamente inestimável, na pessoa da sua Mulher. O sucesso da dupla missão Soustelle, da dupla missão Lévy-Strauss [sic] como da dupla missão Lecoœur [sic - Le Coœur] provam como a minha opinião sobre essas duplas missões é fundamentada.”<sup>13</sup>*

Na carta, Mauss não desenvolve sobre essa opinião nem sobre a definição do que ele chama “duplas missões”. No entanto, ele dá ao seu aluno – e à pesquisadora curiosa – três exemplos concretos de jovens casais de pesquisadores, na época recentemente egressos (ambos ou um dos cônjuges) dos cursos do Instituto de Etnologia.

Georgette e Jacques Soustelle obtiveram certificados da instituição antes de partirem, em 1932, para uma missão de pesquisa no México graças a uma bolsa de estudos atribuída por Paul Rivet à Jacques Soustelle.

Antigo aluno de Mauss, nos anos 1930, Charles Le Coœur era professor em uma escola no Marrocos, na época protetorado francês, assim como sua esposa, Marguerite Le Coœur, com quem ele realizava pesquisas etnográficas na região do atual Tchad, financiadas por uma bolsa da Fundação Rockefeller atribuída à Charles Le Coœur graças ao intermédio de Mauss.

---

13 *“Mon cher Nguyen Van Nguyen [sic - Huyên] Je suis charmé de savoir que vous [vous] êtes acquis une bonne collaboratrice, évidemment inappréciable, dans la personne de votre Femme. Le succès de la double mission Soustelle et de la double mission Lévy-Strauss [sic], comme de la double mission Lecoœur [sic], prouve combien mon avis de ces doubles missions est fondé”.* Maiúsculas originais, FMM, código: 57 CDF 108-46 .



Enfim, o professor elenca igualmente a “dupla missão Lévi-Strauss”, velha conhecida da historiografia da antropologia brasileira, que conta igualmente com uma egressa das salas de aula de Mauss e de Rivet no Instituto de Etnologia, Dina Lévi-Strauss, que obteve um certificado da instituição em 1932<sup>14</sup>.

Por “dupla missão” Mauss faz, portanto, referência a um formato de equipe de pesquisa composto por um casal de pesquisadores que parte em missão etnográfica (mas também de antropologia física e de arqueologia, como era de praxe naquele contexto) em regiões tão diversas quanto o Brasil, o México, o Marrocos, o Vietnã, mas também, como pude constatar por meio de minha pesquisa, ao Japão (campo de Arlette e André Leroi-Gourhan entre 1937 e 1939) e à Europa do leste (campo de Jacqueline e René Bénézech em diferentes missões entre 1931 e 1938). É interessante notar que, contrariamente às mais importantes missões de etnográficas francesas do período do entreguerras, grandes equipes multidisciplinares compostas por homens e mulheres dedicados a estudar sociedades africanas então submetidas ao domínio colonial<sup>15</sup>, a maioria das “duplas missões” desse mesmo período foram enviadas para além das fronteiras do império colonial francês.

No Brasil, no México ou no Japão, os casais Lévi-Strauss, Soustelle e Leroi-Gourhan deveriam, além de realizar pesquisas de campo e coleções, representar a França em regiões de interesse político, ocupando postos institucionais de prestígio e participando de eventos promovidos pelas elites locais. Para isso, o formato do casal e a presença de mulheres (enquanto, ao mesmo tempo, esposas e pesquisadoras), era particularmente instrumental

---

14 Livro de diplomas, Institut d'ethnologie, MHNH, código: 2 AM 2 B4 do Muséum National d'Histoire Naturelle.

15 A mais importante dessas missões foi, sem dúvida, a missão Dakar-Djibuti, sobre a qual temos acesso aos diários do secretário da equipe, o antropólogo Michel Leiris (2007), publicados sobre o nome *África fantasma* e traduzidos para o português. Para saber mais sobre o africanismo francês, leia: *Une science impériale pour l'Afrique? La construction des savoirs africanistes en France, 1878-1930* de Emmanuelle Sibeud (2002).

e copiava um modelo histórico da diplomacia (Callan; Ardener, 1984). As duplas missões etnográficas se revelam, portanto, elementos significativos na economia de gênero de uma diplomacia científica que teve por objetivo fazer “resplandecer” (*rayonner*) a cultura e a ciência francesa em áreas de interesse político, como a América Latina.

Com objetivos duplos – ao mesmo tempo científicos e diplomáticos – essas missões realizadas a dois eram também dúbias no que concerne ao estatuto profissional conferido às mulheres. O caso de Dina Dreyfus no Brasil é exemplar. Como mostram os arquivos do Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE), órgão de propaganda responsável pela organização das Missões Francesas no Brasil, antes de sua partida promessas foram feitas à “Mme Lévy-Strauss” através de cartas que indicavam que, uma vez em São Paulo, ela teria um cargo de professora na USP, na Aliança Francesa ou no Liceu Franco-Paulistano. No entanto, como escreve Paul Arbousse-Bastide em um de seus relatórios, ao chegar a São Paulo, “uma decepção aguardava”<sup>16</sup> a aspirante a antropóloga. Nenhum cargo lhe havia sido reservado na recém-fundada universidade, quanto menos no Liceu ou na Aliança Francesa, instituições incapazes de arcar com o salário de uma “*agrégée*” do sistema educativo francês.

A incerteza quanto à sua eventual vinculação institucional, ou seja, quanto à sua atividade profissional e remunerada, reflete a falta de seriedade das promessas feitas pelo governo francês quanto ao futuro profissional da pesquisadora. A partir disso, parece-me possível afirmar que, na perspectiva da SOFE, a contribuição esperada de Dina no Brasil não era concebida em termos institucionais, mas sim como uma contribuição que poderia ser feita no contexto doméstico e/ou de trabalho de campo, enquanto esposa. Como dizia Mauss ao seu discípulo vietnamita, a esposa era percebida nesse contexto como uma colaboradora literalmente inestimável. Assim, seu

---

16 Relatório não datado intitulado “Note sur le cas de M. Lévi-Strauss et de Mme. Lévi-Strauss”. Archives Diplomatiques (AD), código: 417Q0/443.

trabalho deveria permanecer “inestimado”, ou seja, incomensurável, em termos de retribuição financeira ou de reconhecimento institucional.

## A casa como museu

Como os trabalhos de Silvana Rubino (1989) e Luísa Valentini (2013) já mostraram, no Brasil, com a ajuda de Mário de Andrade, Dina conseguiu se esquivar dessa etiqueta de “colaboradora íntima inestimável”, construindo para si uma situação profissional autônoma na Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), e garantindo, por meio deste trabalho, as condições necessárias para a realização das expedições etnográficas do casal Lévi-Strauss. Apesar do importante trabalho etnográfico, antropológico e literário realizado por ela nesse período brasileiro, no final dos anos 1930 ela decidiu abandonar a antropologia e dedicou-se, pelo restante da vida, ao ensino de filosofia. Procurada pelo projeto História da Antropologia no Brasil no final dos anos 1980, sobre essa mudança de disciplina, Dina Dreyfus afirma:

*“Talvez, se eu não tivesse me divorciado, eu teria continuado [com a etnografia]. Mas eu me divorciei e tudo isso estava terminado. Claude Lévi-Strauss, por um lado, fez etnologia toda sua vida, você sabe com que sucesso e que importância. E eu, eu me voltei aos meus caros estudos de filosofia.”<sup>17</sup>*

Mais de 50 anos após as pesquisas de campo com os Kadiwéu, Bororo e os Nambikwara e do seu trabalho sobre o folclore na SEF, Dina conecta, sem hesitar, seu percurso profissional aos eventos da sua vida pessoal.

As “duplas missões”, como a do casal Lévi-Strauss no Brasil dos anos 1930, têm a particularidade de revelar o valor profissional e público que

---

17 No original: “*Je n’ai plus jamais fait d’ethnographie du tout, plus du tout. Peut être que si j’étais, je n’avais pas divorce, peut être aurais je continué, mais j’ai divorcé et tout ça a été terminé. Claude Lévi-Strauss d’un côté a fait l’ethnologie alors tout sa vie, vous savez avec quel succès, quel importance, et moi je suis retourné à mes chères études, si j’ose dire*”, de acordo com entrevista à Anne-Marie Pessis (Dreyfus, 1998).

pode ser atribuído à vida conjugal, assim como a importância das relações afetivas na produção de obras e carreiras, principalmente na perspectiva de mulheres, mas também na de homens. Nesse sentido, a última parte da minha tese tem como título “A casa como museu”, em que exploro o espaço doméstico como um espaço de produção científica, ou seja, como um lugar onde livros são escritos, debates científicos são realizados (muitas vezes, em torno de uma refeição) e onde, no caso da “geração Rivet”, coleções etnográficas foram constituídas, cuidadas e, muitas vezes, integradas ao patrimônio familiar.

Em menor escala do que na “casa de Rivet”, as casas desses casais de pesquisadores e pesquisadoras conservam importantes peças oriundas de populações que foram objeto de pesquisas etnográficas francesas. Em casa, essas coleções contribuem para construir uma identidade profissional, ao mesmo tempo em que projetam essa identidade sobre toda a casa e sobre aqueles que nela habitam. No entanto, diferentemente da casa de colecionadores de “arte primeira”, como estudados por Brigitte Derlon e Monique Jeudy-Ballini (2006), a casa de antropólogos pode ser compreendida como um museu não apenas como um espaço de exposição, mas principalmente, como era o caso do Museu do Homem, como um espaço de trabalho, que mistura laboratório, escritório e biblioteca.

Como mencionado anteriormente, a minha consulta aos documentos inéditos de Dina Dreyfus, conservados no arquivo Lévi-Strauss da Biblioteca Nacional da França, serviu como introdução à viúva do antropólogo, Monique Lévi-Strauss (*née* Roman), que me recebeu com grande gentileza em seu apartamento parisiense para duas entrevistas em 2018. Ao longo dessas conversas, realizadas na espaçosa peça que servia antigamente como escritório para o antropólogo, eu não pude deixar de atentar para a decoração sofisticada, ao mesmo tempo francesa e “antropológica” que nos cercava. Enquanto eu a ouvia, meu olhar desviava, às vezes, para um objeto curioso à minha esquerda, exposto em uma caixa de vidro retangular.

Mais tarde, eu compreendi que se tratava de uma cabeça reduzida Shuara<sup>18</sup>. À minha direita, eu não podia deixar de admirar uma enorme tapeçaria nepalesa representando Tara, uma divindade verde e assexuada, peça arrematada pelo casal Lévi-Strauss na casa de leilões Drouot nos anos 1950 (Loyer, 2015, p. 8). Atrás da minha interlocutora, uma grande biblioteca branca tomava toda a parede. Entre livros de história, de filosofia e de arte, duas prateleiras eram dedicadas à exposição de objetos: três cerâmicas cinzas e delicadas ocupavam uma prateleira, em outra, uma vitrine antiga, espelhada e com arremates dourados, conservava máscaras em miniatura, certamente ameríndias, provavelmente norte-americanas. Por fim, do meu campo de visão durante essas entrevistas, eu admirava ainda um belo tecido, provavelmente proveniente da América do Norte, que servia de cortina para a porta de vidro que dava para a outra peça. Como no Museu do Homem, na casa de um dos seus antigos diretores interinos<sup>19</sup>, a coabitação de peças oriundas de diferentes povos e épocas compõe eficazmente o efeito de “volta ao mundo” sem sair do lugar<sup>20</sup>.

Relatos parecidos poderiam se reproduzir sobre outros endereços que tive a oportunidade de visitar (ou de observar em fotos ou vídeos) ao longo da minha pesquisa. Como analisa James Clifford (1996), a prática de colecionar objetos – etnográficos, antiguidades, obras de arte ou mesmo bibliotecas especializadas – é, ao mesmo tempo, uma forma de colecionar a si mesmo e colecionar o mundo. Por meio dessas máscaras, tecidos, cerâmicas ou mesmo restos mortais replicam-se, no espaço doméstico um ambiente ao mesmo tempo antropológico e nacional, uma vez que se reproduz

---

18 Uma foto do antropólogo com essa peça é reproduzida no livro de Sabine du Crest (2015), intitulado *Si loin si proche. Objets d'ailleurs dans les intérieurs européens. Photographies 1870-2015*.

19 Claude Lévi-Strauss foi diretor interino do Museu do Homem entre 1949 e 1950. Foi ocupando esse cargo onde ele contratou os serviços de tradução daquela que se tornaria sua terceira esposa, Monique Roman.

20 Em um cartaz do Museu do Homem de 1938, está escrito o slogan: “Faça o *tour* do mundo em duas horas” (“*Faites le tour du monde en 2 heures*”).

ali “certa visão universalista e enciclopédica das culturas do mundo, característica da tradição francesa” (Descola, 2007, p. 144). Ou, ainda, segundo as palavras do poeta Paul Valéry, inscritas em letras douradas na fachada do Museu do Homem, a “casa de Rivet”: “*Coisas raras ou coisas belas aqui sabiamente reunidas instruem o olhar a ver, como nunca antes, todas as coisas que são do mundo*”.



*Fachada do Museu do Homem, foto de domínio público.*

Marca de identidade profissional e até mesmo nacional, a prática de colecionar máscaras, tecidos, cerâmicas e representações de divindades “exóticas” (ou mesmo restos mortais de “outros”), trouxe ainda benefícios financeiros para antropólogos e suas famílias. Essas peças foram adquiridas durante o trabalho de campo, como no caso das missões Korriganne ou Leroi-Gourhan, foram recebidas como presentes de colegas antropólogos, como conta a viúva de Alfred Métraux em entrevistas<sup>21</sup>, ou foram compradas em mercados de antiguidades ou em leilões, como a tapeçaria nepalesa

---

21 Fernande Métraux, viúva do famoso antropólogo americanista Alfred Métraux, concedeu uma série de entrevistas para Sylvie Friedman e Julien Béalu em seu apartamento no início dos anos 2010. No vídeo intitulado “*Les immobiles*”, ela guia a câmera por um *tour* de seu apartamento parisiense, oportunidade para compartilhar memórias e narrativas desencadeadas pelos diversos objetos etnográficos herdados. Mais informações em: <http://www.alfred-metraux-voyages.com/>

dos Lévi-Strauss mencionada. De fato, como conta Emmanuelle Loyer, foi por meio da venda de uma coleção de objetos de “arte primitiva”, adquiridos durante seu exílio em Nova York, que Claude Lévi-Strauss pode juntar a soma necessária para comprar, em 1951, o primeiro apartamento parisiense em que ele habitaria com sua terceira esposa, Monique Lévi-Strauss (Loyer, 2015, p. 373-374)<sup>22</sup>. Sobre a coleção enquanto dispositivo de enriquecimento, Luc Boltanski e Arnaud Esquerre (2014, p. 72) afirmam:

Enquanto, na ordem industrial, o trabalho é concentrado em fábricas e identificado como um fator de produção, as economias nas quais a valorização das coisas se baseia na forma de coleção se beneficiam da contribuição de uma força de trabalho distribuída, especialmente entre o setor privado e o público, entre independência, emprego formal e precário, mas também entre uma multiplicidade de atividades que, para muitos, não são identificadas como trabalho, mas são interpretadas mais nos registros do “desejo” ou da “paixão”, inclusive por aqueles que as realizam, frequentemente a um custo elevado. É evidente que essa situação não favorece o surgimento de novas demandas sociais e políticas à altura das mudanças que afetam a criação e a distribuição de riquezas e que se beneficiam de um redesenho dos dispositivos de valorização das coisas e dos meios de capturar o poder de agir das pessoas.<sup>23</sup>

---

22 A venda realizada na casa de leilões Drouot incluía esculturas e tecidos indígenas da Colômbia Britânica, máscaras de dança da Nova Guiné e livros antigos hebraicos, provavelmente herdados de sua família. Ela rendeu ao casal uma soma de 1.534.000 francos.

23 Tradução da autora. No original: “*Tandis que, dans l'ordre industriel, le travail est concentré dans des manufactures et identifié en tant que facteur de production, les économies dans lesquelles la mise en valeur des choses repose sur la forme collection bénéficient de l'apport d'une force de travail distribuée, notamment entre le privé et le public, entre l'indépendance, le salariat et le précarat, mais aussi entre une multiplicité d'activités qui, pour un grand nombre d'entre elles, ne sont pas identifiées comme travail, mais sont interprétées plutôt dans les registres du 'désir' ou de la 'passion', y compris par ceux qui les accomplissent, souvent au prix de lourdes peines. On conviendra que cet état de choses n'est pas favorable à l'émergence de revendications sociales et politiques nouvelles à la hauteur des changements qui affectent la création et la distribution des richesses et qui tirent parti d'un redéploiement des dispositifs de valorisation des choses et des moyens de capter la puissance d'agir des personnes*”. (Boltanski; Esquerre, 2014, p. 72).

As coleções feitas por Dina e Claude Lévi-Strauss junto aos Kadiwéu, Bororo e Nambikwaras, enriqueceram as coleções do Museu do Homem e, mais tarde, do Museu do Quai Branly. As coleções feitas por Lévi-Strauss em Nova York possibilitaram a compra de um apartamento confortável para ele e Monique Roman, espaço onde ele pôde escrever obras que analisavam parte de seus achados no Brasil. De forma similar, as peças adquiridas por Arlette e André Leroi-Gourhan durante sua pesquisa de campo no Japão enriqueceram as vitrines e reservas do Museu Guimet; mas, algumas peças também foram conservadas em casa, a título de lembranças ou como patrimônio familiar. Emergem, assim, casas e museus enriquecidos de formas cruzadas. Como afirmam Boltanski e Esquerre (2017, p. 254), para compreender o dispositivo econômico da coleção, é preciso ultrapassar a distinção entre o privado e o público. O olhar sobre a casa esclarece, portanto, como analisa Janet Carsten (2018, p. 109), a forma como o doméstico faz parte e é essencial para o enraizamento e a reprodução das instituições de estado.

Além disso, como explicam Boltanski e Esquerre (2014), se o colecionismo foi historicamente percebido como “da ordem do passatempo ou do hobby e, conseqüentemente, como uma atividade marginal ou mesmo parasitária”<sup>24</sup>, parece correto afirmar que esse tipo de julgamento

---

24 “La pratique d'une collection a été généralement considérée comme de l'ordre du passe-temps ou du hobby et, par conséquent, comme une activité marginale, ou même parasitaire, venant se greffer sur d'autres modalités d'accès à la richesse, qu'elle provienne de l'héritage, du travail ou d'opérations financières. C'est d'ailleurs précisément parce qu'elles se présentaient comme des 'hobbys', c'est-à-dire comme des activités superfétatoires, que les activités de collection ont pu occuper la place originale qui est toujours la leur dans l'ordre économique. La pratique d'une collection, quels que soient le temps et l'argent qu'on y consacre, s'inscrit en effet dans une structure cognitive qui a accompagné le développement du capitalisme et qui repose sur une série d'oppositions entretenant entre elles des relations d'homologie. Il s'agit non seulement de l'opposition entre le travail et le loisir (ou le non-travail), mais aussi, indissociablement, entre le nécessaire et le surplus. Entre l'action orientée vers les affaires (le business) et l'action orientée vers le désintéressement, soit, dans ce cas, vers le plaisir, la passion, la dépense, qui, dans ce contexte, ont une orientation à la fois esthétique et sexuelle (la 'manie' du collectionneur systématique a été considérée, dès la première moitié du xix<sup>e</sup> siècle, comme un substitut de l'activité sexuelle)” (Boltanski; Esquerre, 2014, p. 53).



também foi estendido frequentemente a “mulheres de” antropólogos, colecionadoras de objetos e de memórias. Ora, seus trabalhos de coleta, de conservação, enquanto gestoras de arquivos e executoras testamentárias foram e são úteis para a ciência, assim como para suas instituições museais. Frequentemente dependentes, não remuneradas e “precárias”, elas trabalhavam “por amor” aos objetos, aos seus companheiros e à antropologia, acumulando valor à obra e ao nome de seus cônjuges, assim como ao patrimônio museal francês.

Logo, o olhar sobre o espaço doméstico, o colecionismo e sobre o que eu chamo de “*décor ethnographique*” nos permite esboçar um retrato mais nuançado do papel das “mulheres de” antropólogos, nem vítimas, nem heroínas. Ou ainda, como disse Simone de Beauvoir (1949), parafraseando seu companheiro, “metade vítimas, metade cúmplices, como todo mundo”. Invisibilizadas, e às vezes menosprezadas, no meio acadêmico, Dina Dreyfus, Monique Lévi-Strauss, Arlette Leroi-Gourhan, Fernande Métraux, entre tantas outras, contribuíram de forma inegável à disciplina antropológica desde as margens do doméstico. Ao mesmo tempo, no interior das condições de gênero e de classe de seu tempo, elas se enriqueceram (intelectual, financeira e pessoalmente) graças a uma estrutura colonial, patriarcal e capitalista própria à antropologia moderna. Um sistema que possibilitou que os “objetos dos outros” se tornassem, em alguns casos, parte de seus patrimônios familiares e de suas heranças pessoais.

Para concluir, eu gostaria apenas de sublinhar o fato que todos os elementos aqui analisados ou mencionados – o apartamento de Paul Rivet, a correspondência de Marcel Mauss, as “missões duplas”, os documentos originais de Dina Dreyfus e as coleções privadas de antropólogos – eram de notório conhecimento, ou se encontravam já arquivados e catalogados há anos, se não há décadas. Todos sabiam que o museu tinha sido uma casa para muitos, e que a casa era um espaço de produção (e de acumulação) para alguns. Esse conhecimento, ao mesmo tempo notório e subentendido, se encontra possivelmente por trás das recusas de alguns “guardiões de arquivos”, assim como da generosidade de muitas e muitos, que acolheram

minha pesquisa em suas casas e instituições. O que eu quero dizer é que há ainda um valor heurístico a ser explorado no “olhar de fora” na história da antropologia, ainda que o “de fora” seja algo relativo e construído. Velha conhecida da disciplina, essa posição não é simples de ocupar; mas, pode abrir portas e janelas interessantes, que as pessoas “da casa” raramente ou- sam encostar.

## Referências

ABIR-AM, P.; OUTRAM, D. (ed.). *Uneasy careers and intimate lives: women in science, 1789–1979*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.

AFFAYA, R.; MAHIEDDIN, E.; MORAES, F. Ethnographies non-alignées. Le paysage asymétrique de l’anthropologie de l’Europe. *Journal des anthropologues*, Paris, n. 170/171, 2022/2. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-journal-des-anthropologues-2022-2-page-29.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BALIBAR, É. L’introuvable humanité du sujet moderne. L’universalité “civique-bourgeoise” et la question des différences anthropologiques. *L’Homme*, n. 203/204, p. 19–50, 2012/3.

BEAUVOIR, S. *Le deuxième sexe, tome II: L’expérience vécue*. Paris: Gallimard, 1949.

BLANCKAERT, C. (dir.). *Le Musée de l’Homme: histoire d’un musée laboratoire*. Paris: Muséum national d’histoire naturelle; Éditions Artlys, 2015.

BOLTANSKI L.; ESQUERRE, A. La “collection”, une forme neuve du capitalisme, la mise en valeur économique du passé et ses effets. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 679, 2014/3. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-les-temps-modernes-2014-3-page-5.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BORTOLOTTI, C.; SAGNES, S. Daniel Fabre et le patrimoine. *L’Homme*, Paris, n. 218, 2016 Disponível em: <http://journals.openedition.org/lhomme/28923>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CALLAN, H.; ARDENER, S. (ed.). *The Incorporated Wife*. Londres: Routledge, 1984.

CARSTEN, J. House-lives as ethnography/biography. *Social Anthropology*, n. 26, p. 103-116, 2018.

COLLÈGE DE FRANCE. Service des archives. *Nguyễn Văn Huyền*. Correspondência ativa: 57 CDF 85- 8 (Arquivos de Marcel Mauss – Fonds Marcel Mauss et Henri Hubert).

COLLÈGE DE FRANCE. Service des archives. *Nguyễn Văn Huyền*. Correspondência passiva: 57 CDF 108-46 (Arquivos de Marcel Mauss – Fonds Marcel Mauss et Henri Hubert).

COQUET, M. Un destin contrarié. La mission Rivière-Tillion dans l'Aurès (1935-1936). *Les Carnets de Bérose*, Paris, n. 6, années 30, 2014.

CORRÊA, M. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CREST, S. (ed.). *Si loin si proche*. Objets d'ailleurs dans les intérieurs européens. Photographies 1870-2015. Roma: Gangemi Editore, 2015.

DAVIS, N. Z. Women and the World of the Annales. *History Workshop*, n. 33, p. 121-137, 1992.

DELPUECH, A.; LAURIÈRE, C.; PELTIER, C. (ed.). *Les années folles de l'ethnographie: Trocadéro 28-37*. Paris: Muséum national d'histoire naturelle, 2017.

DERLON, B.; JEUDY-BALLINI, M. Collectionneur/collectionné: L'art primitif, le discours de la passion et la traversée imaginaire des frontières. *L'Homme*, Paris, n. 177/178, p. 349-372, 2006.

DESCOLA, P. Passages de témoins. *Le Débat*, Paris, n. 147, pp. 136-153, 2007.

DREYFUS, D. *Entrevista a Anne-Marie Pessis*. Paris, 1988. VHS. [Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB)]. Associação Brasileira de Antropologia. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas/SP).

DUARTE, P. *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo: Anhambi, 1960.

DUPAIGNE, B. *Histoire du Musée de l'Homme: de la naissance à la maturité (1880 -1972)*. Paris: Éditions Sépia.

ENGELKE, M. "The Endless Conversation": Fieldwork, Writing, and the Marriage of Victor and Edith Turner. In: HANDLER, R. (ed.). *Significant*

*others*: interpersonal and professional commitments in anthropology. Madison: University of Wisconsin Press, 2004. p. 06–50

FABRE, D. L'Histoire a changé de lieux. In: FABRE, D. *Une histoire à soi: Figurations du passé et localités*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2001. Disponível em: <https://books.openedition.org/editions-msh/2952>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GROSSI, M. P. Duas Germaines e Uma Denise: as alunas de Mauss. In: MOTTA, A.; CAVIGNAC, J. (org.). *Antropologia Francesa no Século XX*. 1. ed. Recife: Massangana, 2006. p. 239–256.

GRUPIONI, L. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec: Anpocs, 1998.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LAURIÈRE, C. *Paul Rivet: Le savant et le politique*. Paris: Publications scientifiques du Muséum, 2008. Disponível em: <https://books.openedition.org/mnhn/2350>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LEIRIS, M. *África Fantasma*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

LEROI-GOURHAN, A. *Pages oubliées sur le Japon*. Grenoble: Jérôme Millon, 2004.

LOYER, E. *Lévi-Strauss*. Paris: Flammarion, 2015.

MORAES, F. *Pântanos de relações e colchões de cumplicidade*. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MORAES, F. “Herstory”, “matrimoine” e os usos feministas da história das ciências: questionamentos a partir da história da antropologia. *Passages de Paris*, Paris, n. 17, p. 129–150, 2019.

MORAES, F. *Les cahiers de Dina Dreyfus*. Le carnet Nambikwara: Les notes de terrain de Lévi-Strauss. Paris, jun. 2021. Disponível em: <https://nambikwara.hypotheses.org/1024>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MORAES, F. D. D. In: DEAECTO, M.; SCHPUN, M.; FREIRE, O. (ed.). *Trânsitos/Circulations*: Enciclopédia Digital das Relações entre a França e o Brasil (1880-1980) (1880-1980). [S. l.]: [s. d.]. No prelo.

MORAES, F. Par les yeux de Dina: ethnographie et roman dans un cahier de terrain de Dina Dreyfus Lévi-Strauss. In: DESVEAUX, E. *Le carnet Nambikwara*: Les notes de terrain de Lévi-Strauss. Paris: Editions de l'EHESS, [s. d.]. No prelo.

MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. *Note sur le cas de M. Lévi-Strauss et de Mme. Lévi-Strauss*, código: 417QO/443 (Archives Diplomatiques).

MUSÉUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE. *Correspondance entre le Musée et les architectes du palais du Trocadéro (1937-1961)*. Código: 2 AM 1 H1 (Arquivos do Museu do Homem).

MUSÉUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE. *Etudes et devis d'aménagements envisagés*. Plans du palais du Trocadéro et du Musée. Código: 2 AM 1 H5 (Arquivos do Museu do Homem).

MUSÉUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE. *Livre de diplomes*. Institut d'ethnologie, código: 2 AM 2 B4 (Arquivos do Museu do Homem).

NADER, L. Up the anthropologist – Perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Vintage Books, 1974. p. 284-311.

NGUYEN, P. Nguyễn Văn Huyên (1905-1975), un chercheur en situation coloniale. In: NGUYEN, P. *À l'origine de l'anthropologie au Vietnam*: Recherche sur les auteurs de la première moitié du XXe siècle. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence. 2012. p. 147-156.

PERROT, M. Une histoire sans affrontements. *Le Débat*, Paris, n. 87, 1995/5. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-debat-1995-5-page-111.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PORTELA, L. *Brasil, terra vermelha*: a história da Antropologia e o reencontro com Dina Dreyfus. 2020. 249f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RIBEIRO, G. Anthropologies du monde. Cosmopolitique pour un nouveau scénario mondial en anthropologie. *Journal des anthropologues*, Paris, v. 110-111, n. 3/4, p. 27-51, 2007.

RUBINO, S. Clube de pesquisadores: a sociedade de etnografia e folclore e a sociedade sociologia. In: ANPOCS. *Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, n. 13. Caxambu: ANPOCS, 1989.

RUGGI, L. Rebranded university. *Journal des anthropologues*, Paris, n. 170-171, 2022, Disponível em: <http://journals.openedition.org/jda/12244>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANDRONI, C. Mário, Oneida, Dina e Claude. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 30, p. 234-246, 2002.

SCHIEBINGER, L.; HENDERSON, A.; GILMARTIN, S. *Dual-Career Academic Couples: What Universities Need to Know*. Stanford University: Michelle R. Clayman Institute for Gender Research, 2008.

SCOTT, J. W. “Vive la différence!”. *Le Débat*, Paris, n. 87, 1995/5. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-debat-1995-5-page-116.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SIBEUD, E. *Une science impériale pour l’Afrique? La construction des savoirs africanistes en France, 1878-1930*. Paris: Éditions de l’EHESS, 2002.

SIBEUD, E. Ethnographie, ethnologie et africanisme. La “disciplinarisation” de l’ethnologie française dans le premier tiers du xxe siècle. In: BOUTIER, J. et al. *Qu’est-ce qu’une discipline ?* Paris: Éditions de l’EHESS, 2006. p. 229-245. Disponível em: <http://books.openedition.org/edition-sehess/20156>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TODOROV, T. Deux approches des sciences humaines. Lévi-Strauss et Germaine Tillion. *Le Débat*, n. 188, 2016/1. Disponível em: <http://www.cairn.info/sci-hub.bz/revue-le-debat-2016-1-page-181.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

VALENTINI, L. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo: Alameda, 2013.